

As diversas épocas trazem diversos modismos, ou seja, algo que surge como "novidade", "evolução" e que nem sempre é nenhuma dessas duas coisas.

Vive-se agora a fase da que se convencionou chamar de "Contabilidade do Conhecimento", expressão pouco feliz, mas, já difundida e que envolve as não menos pouco adequadas expressões "Capital Intelectual" e "Recursos Humanos", agregadas.

Os valores "imateriais" ou "intangíveis" há mais de dois séculos são referidos e tratados pelos insígnies intelectuais da ciência contábil, mas, jamais tiveram tanto relevo quanto na atualidade, em razão do que no mercado passaram a representar.

Poucas vezes na história da humanidade o conhecimento foi tão negociado como a partir da segunda metade do século XX.

Sem sombra de dúvida pode-se afirmar que hoje é possível ver um livre comerciar de "forças intelectuais". Vendem-se empresas, assim como parte delas, com base no que estas possuem de inteligência materializada em processos e programas e que se imagina possa trazer bons lucros (só há aviamento ou fundo de comércio imaterial se os lucros são maiores que os comuns).

O capital registrado, de há muito e mesmo aquele expresso em demonstrações contábeis, deixou de ser o real valor de negócio quando as perspectivas são favoráveis e encontram interesse no mercado.

Obviamente, onde não há lucro, nem esperança deles não há, também como admitir que uma empresa possa ter um "maior valor" que aquele registrado contabilmente em seu patrimônio líquido ou capital próprio.

Os "ativos imateriais" atualmente, todavia, passaram a ser relevantes, embora legalmente não possuam ainda uma legislação competente para tratá-los como deveras mereceriam, quer por justiça, quer para evitar as constantes fraudes que têm ocorrido.

A questão assumiu tal porte, entretanto, que até já existem universidades no que possuem uma cadeira específica de "Gestão do Conhecimento".

Inclusive uma literatura sobre a questão já se vai melhor desenvolvendo e a especialização em tal assunto vem passando a ser requerida por muitas empresas.

É de prever-se que neste século XXI o assunto assumirá ainda maior relevância e que assessores e consultores venham dedicar mais tempo à questão.

Entre o criar, disciplinar, difundir e aplicar o conhecimento existe, entretanto, fases definidas e essas se desenvolvem em tempos certos.

Tal é a importância do assunto que a Contabilidade já está dedicando uma parte de seus estudos ao que vem sendo denominado de "Contabilidade do Conhecimento", envolvendo, como foi referida a denominada "Contabilidade do Capital Intelectual", como também a intitulada "Contabilidade dos Recursos Humanos".

Há cerca de três décadas já se acenava fortemente para essa tendência, mas, na atualidade muito mais se acelera a questão.

Uma forte ligação entre o "saber" e o "aplicar o saber", entre o produzir o saber e transformá-lo em algo negociável, vem exigindo avaliações específicas dos efeitos do conhecimento sobre a riqueza e é exatamente disto que tratam os ramos da Contabilidade aos quais me referi.

Os fenômenos patrimoniais iniciam-se, em sua maioria, por sua natureza, com a percepção da necessidade das coisas e dos fatos, ou seja, têm a sua fase originária nos domínios da mente (assim situo a questão em minha teoria das funções sistemáticas).

A seguir, mesmo existindo materialmente como patrimônio o que se produziu intelectualmente, o uso, para suprir as necessidades, a venda, para produzir lucro, exige igualmente outras atuações mentais de alta relevância e é exatamente nessa ligação que se opera a maior ou menor qualidade do que se faz e a própria eficácia defluente (esta como satisfação plena da necessidade).

Essa conexão entre mente e matéria patrimonial, entre mente e movimento da matéria referida, gera um aspecto especial que se estuda nos campos da "Gestão do Conhecimento" e que enseja também o mesmo na "Contabilidade do Conhecimento", cada uma dessas disciplinas com o seu aspecto específico de análise.

A visão da nova corrente científica contábil do Neopatrimonialismo, pelo seu caráter holístico, é a que melhor pode situar a matéria e é a que pode oferecer um método deveras racional para conclusões entre as relações ocorridas com a essência do capital e aquelas ambientais que influem sobre as transformações da riqueza.

Os assuntos que abrangem o tema, pois, enfocam as inversões em capacidades derivadas do ser humano e a apreciação do que possam as mesmas, corporificadas em matérias negociáveis, resultar em lucros ou acréscimos do capital.

Considerada a questão da imaterialidade do que se deseja expressar materialmente é preciso ponderar os riscos que encerra tal evidência e que tanto podem atingir a empresa como a terceiros.

Não foram poucos os casos nos Estados Unidos onde ocorreu que sociedades cujas ações estavam cotizadas a milhares de dólares passaram a ser avaliadas em apenas poucas dezenas deles.